

	Índice
I – Introdução	3
II – Gestão do Espectro e Certificação de Produtos	5
II.1 – Gestão do Espectro	5
1. Atividades Regulatórias.....	5
2. Estudos.....	5
3. Autorizações para Uso Temporário de Radiofrequências.....	5
4. Radiação Não-Ionizante.....	6
5. Participação em Eventos conduzidos pelas Comissões Brasileiras de Comunicação (CBC).....	7
II.2 – Certificação de Produtos	8
1. Atividades Regulatórias.....	8
1.1. Estudos e Desenvolvimento de Regulamentação.....	9
2. Avaliação de laboratórios e OCD´s.....	9
3. Participação em Eventos.....	10
3.1. Comissão Brasileira de Comunicação.....	10
3.2. Mercosul.....	10
3.3. Comissão Interamericana de Telecomunicações - Citel.....	11
4. Outras Atividades.....	11
4.1. Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações – FCPT.....	11
4.2. Reunião entre Anatel OCD´s e Laboratórios de Ensaios.....	11
4.3. Instrumentos de Gestão.....	12
4.4. Comissão de Certificação – Comcer.....	12
II.3 – Consultas Públicas	12
III – Fiscalização	13
III.1 – Disponibilidade de Recursos	14
1. Recursos Humanos (Horas de Fiscalização).....	14
2. Recursos Financeiros.....	15
3. Recursos Tecnológicos.....	16
3.1. Sistema de Gestão e Monitoramento do Espectro.....	16
3.2. Rede Nacional de Radiovideometria.....	17
III.2 – Realizações	18
1. Fiscalização dos Serviços.....	18
1.1. Serviços de Interesse Coletivo.....	18
1.2. Serviços de Interesse restrito.....	20
2. Fiscalização da Infra-estrutura.....	20
2.1. Controle do Espectro e Órbita.....	20
2.1.1 Radiointerferência.....	20
2.1.1.1 Entidades não-outorgadas.....	21
2.1.1.2 Combate a Entidades não-outorgadas.....	21
2.2 Fiscalização da Rede.....	22
2.3 Fiscalização de Numeração.....	22
3. Fiscalização Tributária / Financeira – Fust e Fistel.....	23
IV – Poder Sancionador	24
1. Pados em tramitação na SRF.....	24
V – Aspectos Relevantes	25
V.1 – Da Fiscalização	25
1. Fiscalização de Lojas de Atendimento Pessoal do STFC.....	25
2. Fiscalização de Obrigações do Plano Geral de Metas de Universalização –	26

V.2 – Do Planejamento e Controle.....	26
V.3 – Das Normas e Padrões de Fiscalização.....	27
VI – Quadro Gerencial.....	28
VII – Anexos.....	31

I – Introdução

Este relatório tem o propósito de apresentar, de forma consolidada, as principais realizações da Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização - SRF, no exercício 2006.

Em 2006, a SRF mais uma vez demonstrou o comprometimento com sua missão, tendo ultrapassado o número de fiscalizações previstas nas Diretrizes para Elaboração do Plano Anual de Fiscalização, realizando esforço extremo na fiscalização do FUST e FUNTTEL, em decorrência da Súmula do Conselho Diretor nº 7, além de várias atividades voltadas para melhoria de desempenho.

Dentro deste escopo, podemos destacar a realização do treinamento em fiscalização para os novos servidores concursados, melhoria nos sistemas informatizados de Planejamento e de Execução e Acompanhamento das Fiscalizações, implantação do sistema de Avaliação e Desempenho dos Escritórios Regionais (RADE), revisão e elaboração de procedimentos de fiscalização, continuação da expansão do sistema de gestão e monitoragem do espectro (SGME), implantação do sistema de georeferenciamento (SIGAnatel), edição de normas, publicação de consultas públicas e de consultas internas na área de Certificação de Produtos e Engenharia do Espectro, além de representação do Brasil em vários fóruns nacionais e internacionais.

É importante destacar que em 2006 a Anatel, sob a coordenação da SRF e participação de outras Superintendências, realizou o Iº Simpósio Ibero-Americano de Fiscalização em Telecomunicações, que permitiu discussão, troca de conhecimento e experiências relativas às atividades de fiscalização, entre os vários países que aqui estiveram.

Vale ressaltar que em decorrência das restrições orçamentárias vivenciadas neste exercício, não foi possível a contratação de 208.951 horas de apoio à fiscalização, prevista nas Diretrizes de 2006, impactando nas realizações das demandas de fiscalização, relacionadas aos serviços de interesse coletivo, visto que tais atividades, pela sua natureza requerem a obtenção, por vezes, de

um volume considerável de dados e informações para concluir-se sobre o objeto fiscalizado.

Não obstante a esta dificuldade, a SRF alcançou as metas e objetivos traçados para o ano 2006, graças ao desempenho e a qualidade dos seus servidores.

Edilson Ribeiro dos Santos

Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização

II – Gestão do Espectro e Certificação de produtos

II. 1 Gestão do Espectro

1. Atividades Regulatórias

As atividades desenvolvidas pela SRF relacionadas à gestão do espectro de radiofrequências visam regular a utilização deste recurso escasso. Em 2006 foram aprovados pelo Conselho Diretor doze Regulamentos, conforme Anexo – I.

Destaca-se ainda, a edição anual do Plano de Atribuição, Destinação e Distribuição de Faixas de Freqüências no Brasil, e seu respectivo Quadro, aprovado pelo Conselho Diretor.

2- Estudos

Durante o ano 2006 foram desenvolvidos vários estudos, destacando os relacionados a seguir:

Uso eficiente do espectro de radiofrequências; estudo da faixa de radiofrequências 225-470 MHz; sistemas de acesso em banda larga utilizando Redes de Energia Elétrica (PLC); sistemas de radio localização; mobilidade restrita; destinação de faixas de freqüência ao SMP e aplicações IMT-2000; radiação não ionizante; requisitos e limites aplicáveis aos equipamentos industriais, científicos e médicos (ISM); emissões indesejáveis no domínio fora de faixa e no domínio dos espúrios.

3. Autorizações para Uso Temporário de Radiofrequências

De janeiro a dezembro de 2006, foram analisados 553 processos, resultando na emissão de 566 atos de autorização ou de alteração de uso de Radiofrequência para 383 estações fixas e 6182 estações móveis. Foram feitas análise e liberação de 2149 radiofrequências ou faixas, objetivando seu uso em demonstrações em feiras e em eventos, com destaque para a festa de "Carnaval", a "Fórmula Truck", "Stockcar" e "Fórmula Um". Assim como visitas de

Presidentes de outros países, e atendimento às necessidades de missões diplomáticas em visitas oficiais e de ministérios militares.

Ressalte-se que, as entidades e/ou organismos autorizados a usar temporariamente o espectro de radiofrequências, neste período, fizeram o recolhimento prévio de R\$ 379.291,61 (Trezentos e setenta e nove mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), a título de pagamento da Taxa de Fiscalização da Instalação (TFI) e R\$ 94.275,08 (Noventa e quatro mil, duzentos e setenta e cinco reais e oito centavos), pelo Preço Público pelo Direito de Radiofrequências (PPDUR), condição esta necessária para formalização do ato de autorização, totalizando R\$ 473.566,69 (Quatrocentos e setenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

4. Radiação Não-Ionizante

Em 2006, a SRF participou de vários eventos relacionados ao tema campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos de radiofrequência, destacando-se apresentações em Prefeituras Municipais, reuniões no Ministério das Comunicações, na Comissão de Bio-eletromagnetismo e palestra na Petrobrás. Respondeu as solicitações feitas na central de atendimento da Agência, com a finalidade de esclarecer acerca da regulamentação relacionada aos limites estabelecidos para radiação não-ionizante, bem como quanto aos estudos internacionais sobre o assunto. De outra parte, para se manter atualizada, a SRF, está permanente em sintonia, no âmbito internacional, se inteirando das pesquisas científicas referentes ao tema, para, se necessário, adequar a regulamentação da Agência sobre a questão. Entre as instituições com as quais a Agência tem mantido permanente contato estão a Organização Mundial da Saúde, sobre o projeto internacional referente a campos eletromagnéticos, e os grupos de estudos da União Internacional de Telecomunicações (UIT).

5. Participação em Eventos conduzidos pelas Comissões Brasileiras de Comunicação (CBC)

No âmbito das CBCs, destaca-se participação em reunião das Comissões de Estudos 8, 9, e 10, onde são tratados diversos temas relacionados com serviços móveis, serviço fixo, administração do espectro e propagação, e radiodifusão.

Na CBC 8 foram realizadas reuniões do Grupo de Trabalho WP 8F sobre IMT-2000 e "Systems Beyond", visando acompanhar e preparar os posicionamentos brasileiros quanto ao uso de radiofrequências por aquele sistema e para estabelecer as posições brasileiras que deverão ser apresentadas na reunião daquele Grupo.

No âmbito da coordenação da 9, destaca-se a participação brasileira nas atividades da Comissão de Estudos 9 do Setor de Radiocomunicações da UIT, uma vez que no WP 9B são tratados diversos temas relacionados com o espectro. Em 2006, ocorreu somente uma reunião, que face ao contingenciamento não foi possível a nossa participação, tendo sido enviada nossa contribuição, que veio a ser contemplado nos documentos finais produzidos no grupo WP 9B.

Relativamente a CBC 10, foram realizadas reuniões em fevereiro, maio, agosto e novembro para tratar dos assuntos constantes do Plano de Trabalho e das participações em reuniões internacionais. Assim, foram apresentadas 4 contribuições no âmbito da Comissão de Estudos 1, relacionadas ao posicionamento brasileiro sobre os assuntos tratados no âmbito da Comissão de Estudo 1, relacionadas a compatibilidade entre sistemas do serviço de radioastronomia e do serviço de radiodifusão por satélite (TG 1/9), testes utilizando a tecnologia PLT (Power Line Telecommunication) (WP 1A), inspeções (WP 1C) e documento informativo contendo medições de modulação (WP 1C).

No âmbito da Comissão de Estudos 3 foram apresentadas 10 contribuições. Estas contribuições trataram de: Transmissão de dados HF (WP 3L), modelagem da ionosfera (WP 3L), modelagem da distribuição cumulativa de probabilidades da taxa de precipitação (WP 3J), comparativo entre os sistemas ópticos de comunicação no espaço livre (WP 3J), resultados das medidas

realizadas para inclusão no banco de dados do ITU-R relacionados à atenuação devida à chuva (WP 3J), campanha de medidas das características do canal de propagação na faixa de UHF (WP 3K), dados de medições de atenuação por chuvas e taxa de precipitação nos enlaces ponto-a-ponto na faixa de 23 GHz (WP 3M), proposta de modificação da Recomendação ITU-R P.530-11 (WP 3M), modelos de previsão da duração de eventos de atenuação por chuvas em enlaces satélite (WP 3M), revisão da Recomendação ITU-R P.526-9 (WP 3M).

Quanto ao Mercosul, houve nossa participação nas reuniões preparatórias para subsidiar contribuições que seriam discutidas no bloco de reuniões que ocorreram em maio e setembro, a primeira ocorrida na Argentina e a outra em Brasília, bem como a participação efetiva nos trabalhos realizados durante a reunião, tendo por foco a Comissão Temática de Radiocomunicações.

Cumpramos ressaltar o aspecto negativo da não participação nos blocos de reunião realizadas nos Fóruns internacionais, visto que a Administração Brasileira deixa de se fazer presente no momento em que assuntos estratégicos relacionados ao uso de radiofrequências são tratados, assim como nos trabalhos que vem sendo acompanhados e que a delegação brasileira apresenta sempre valiosa contribuição.

II. 2 – Certificação de Produtos

1. Atividades Regulatórias

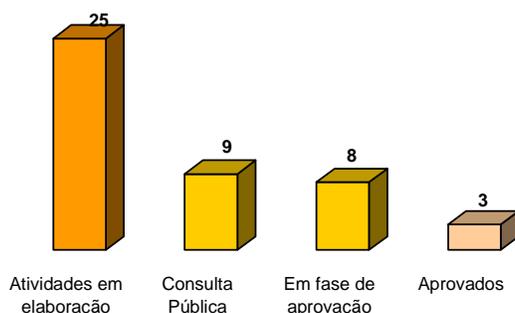
A Superintendência de Radiofrequência e Fiscalização desenvolveu, ao longo de 2006, trabalhos de reestruturação, de concepção e de atualização da base regulatória para a certificação e a homologação de produtos para telecomunicações.

Com respeito às atribuições relacionadas à atividade de regulamentação técnica, um dos objetivos é manter a base regulamentar atualizada de acordo com a evolução da tecnologia e com a demanda da sociedade. Para tanto se torna necessário substituir freqüentemente normas tornadas obsoletas e conceber continuamente novos requisitos técnicos e procedimentos de ensaio que possam garantir a confiabilidade da avaliação de novos produtos distribuídos

ao mercado e que possam suprir as necessidades geradas pelo ambiente de competição em que vivemos, pela globalização dos mercados, pelo desenvolvimento tecnológico e pelo usuário em geral.

Como parte das atividades planejadas pela Gerência de Certificação, o gráfico nº 1, a seguir, demonstra a evolução dos trabalhos de elaboração de regulamentação técnica até dezembro de 2006.

Gráfico nº1



1.1 Estudos e Desenvolvimento de Regulamentação

Até dezembro de 2006, a SRF executou estudos e atividades voltadas para o desenvolvimento de regulamentação técnica que contemplam vários produtos, conforme listados no Anexo – III.

2. Avaliação de laboratórios e OCD's

Dentro do objetivo de sempre buscar a expansão e o aprimoramento da infra-estrutura laboratorial do país, mais três laboratórios foram incluídos na lista de laboratórios acreditados, que realizam ensaios de produtos para telecomunicações, com a finalidade de certificação. Ao todo, contava o país, ao final de 2006, com 22 avaliados e 11 acreditados. Com isso, o parque brasileiro de laboratórios capacitados para a realização de ensaios de produtos para telecomunicações passou a ter 33 laboratórios.

Em 2006 foi designado mais um organismo de certificação elevando-se para 13 o número de organismos que pode atuar no processo de certificação de produtos para telecomunicações.

O processo de certificação e homologação já dispõe de um número expressivo de Organismos de Certificação Designados, considerada a dimensão e a realidade do mercado de telecomunicações do Brasil, a Agência, por meio do Ato nº 56.573, de 07 de março de 2006, suspendeu, temporariamente, a designação de novos organismos de certificação até que os estudos em andamento sejam concluídos de forma a permitir o estabelecimento de novos critérios para o aperfeiçoamento do sistema de designação de organismos certificadores.

3. Participação em Eventos

3.1 Comissão Brasileira de Comunicação

No âmbito das CBC, destaca-se participação em reuniões das Comissões de Estudos 2 e 6, onde são tratados os diversos temas relacionados com serviços de redes banda larga, terminais multimídia, planta externa, instalação interna e proteção contra os efeitos do ambiente eletromagnético.

3.2 Mercosul

No âmbito do SGT-1/Mercosul foi obtido expressivo avanço nas negociações relativas à formulação de um Acordo de Reconhecimento Mútuo aplicável à certificação de produtos. Em que pese algumas dificuldades orçamentárias, foi possível consensar os termos técnicos de um acordo entre os Estados Membros na última reunião do exercício 2006 ocorrida em Brasília. Tal documento, depois de aprovado pelo Grupo Mercado Comum - GMC, permitirá aos signatários a implementação de um mecanismo comum para avaliação da conformidade de produtos que poderá contribuir significativamente para o comércio multilateral.

3.3 Comissão Interamericana de Telecomunicações – Citel

No âmbito da Citel, especificamente no Comitê Consultivo Permanente 1 (CCP.1), onde um acordo similar já foi tecnicamente aprovado, foram concebidos estudos visando à implementação de procedimentos que permitam a desoneração da atividade de certificação em âmbito regional, mantendo-se, no entanto, as prerrogativas regulatórias dos países membros.

4. Outras Atividades

4.1 Fórum de Certificação de Produtos para Telecomunicações-FCPT

Foi realizada, na cidade de São Paulo-SP, a 7ª Reunião Ordinária do FCPT, para tratar de temas relevantes sobre certificação de produtos de interesse direto dos fabricantes, dos fornecedores, das prestadoras de serviços, de laboratórios de ensaio e usuários de serviços de telecomunicações.

Foi realizada na cidade de São José dos Campos – SP, a 8ª Reunião Ordinária do FCPT, onde os problemas relacionados à adoção de requisitos técnicos pela Anatel e a adequação da regulamentação aplicável aos produtos para certificação foram os principais temas abordados, especialmente os que se referem à manutenção de características técnicas em produtos homologados e procedimentos aplicáveis a novas tecnologias para acesso sem fio em banda larga.

4.2 Reunião entre Anatel e os Organismos de Certificação Designados– OCD e laboratórios de ensaios

Foram realizadas duas reuniões com os OCDs e laboratórios de ensaios, objetivando a harmonização dos procedimentos entre os agentes do processo de certificação de produtos visando à melhoria dos procedimentos aplicáveis à certificação de produtos.

4.3 Instrumentos de Gestão

Foi emitido o Instrumento de Gestão nº 7 concernente às orientações para a reinstalação de produtos com homologação vencida, suspensa ou cancelada.

Visando atender às necessidades de atualização das orientações já expedidas aos OCDs, mediante ofícios circulares, foi revisto o Instrumento de Gestão nº 6 em que se buscou a incorporação dessas orientações em um único documento para conhecimento de todos os interessados na homologação de seus produtos.

Mesmo tratamento foi dado ao Instrumento de Gestão nº 2, que trata dos critérios para a classificação de produtos por família, em que foram retiradas as orientações relativas ao tratamento dado às antenas e cabos, visto que nova regulamentação emitida pela Anatel já contemplam tais disposições.

4.4 Comissão de Certificação – Comcer

A Comissão de Certificação (Comcer), constituída por especialistas da área de certificação da Anatel, foi criada com o objetivo de dirimir dúvidas de interpretação da regulamentação e avaliar solicitações formuladas por fabricantes ou fornecedores de produtos relativas a questões não perfeitamente esclarecidas pela regulamentação ou propor soluções para pleitos que se apresentem como exceções à regra geral.

Durante o ano de 2006, foram realizadas 16 reuniões da Comissão de Certificação em que foram analisados 21 pedidos, que resultaram em 12 deferimentos e 9 indeferimentos.

II. 3 – Consultas Públicas

Em 2006, foram levadas a Consulta Pública propostas de regulamentos envolvendo destinação de faixas de radiofrequências e produtos, conforme Anexo – II.

III – Fiscalização

As Diretrizes para Elaboração do Plano Operacional de Fiscalização - 2006, aprovadas pelo Conselho Diretor por meio da Portaria nº 111 de 16 de março de 2006, que conjuntamente com o Plano Operacional de Fiscalização, aprovado pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização por meio da Portaria nº 203 de 28 de abril de 2006, são a base para o desenvolvimento dos trabalhos da superintendência. Estas Diretrizes contemplam orientações estratégicas do Conselho, recursos técnicos, humanos e financeiros a serem utilizados, e as necessidades de fiscalização das várias superintendências da Anatel e do Ministério das Comunicações.

A alocação dos recursos para fiscalização é feita de acordo com o critério de prioridades estabelecido nas Diretrizes. Este critério prioriza os serviços prestados em regime público e privado, de interesse coletivo, por serem os de maior impacto no interesse da sociedade. A tabela nº1 abaixo mostra a distribuição dos quantitativos de entidades e de estações em cada regime jurídico com a abrangência de interesse.

Tabela nº1

		Abrangência do Interesse					
		Coletivo				Restrito	
		Entidade		Estações		Entidades	Estações
Regime Jurídico da Prestação	Público	222*		74.924		-	-
	Privado	Amplo**	Reduzido	Amplo***	Reduzido	129.442	832.782
		16	26.186	52.408	1.010.293		
TOTAL		26.424		1.137.625		129.442	832.782

*Considerando apenas STFC

**Considerando apenas o SMP

***Considerando apenas Radiobase do SMP



Prioridade Alta



Prioridade Normal

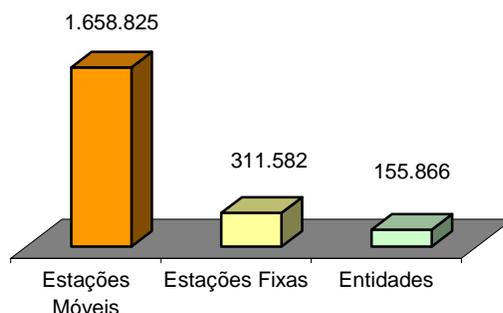


Prioridade Baixa

O gráfico nº2 mostra o universo a ser fiscalizado, em 2006, segundo dados retirados do Sistema de Informações Técnicas para Radiocomunicações

(Sitarweb). Destaque-se que na quantidade de estações móveis não estão computados os aparelhos celulares do SMP.

Gráfico nº2



III. 1 Disponibilidade de Recursos

Para executar o planejamento 2006 a SRF dimensionou a utilização dos recursos humanos, financeiros e tecnológicos, conforme descrição e distribuição a seguir:

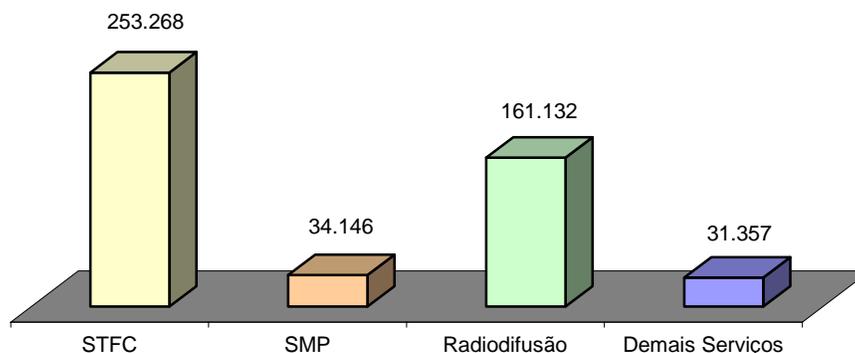
1 – Recursos Humanos (Horas de Fiscalização)

A previsão da SRF era utilizar 779,5 horas próprias em ações de fiscalização, mais 208,9 mil horas de apoio a fiscalização, totalizando 988.4 mil horas.

A fiscalização utilizou 910,4 mil horas, sendo 565,8 mil horas (62,1%) aplicadas diretamente em ações de fiscalização, 156,2 mil horas (17,1%) aplicadas em outras atividades relacionadas à fiscalização, tais como: controle das atividades de fiscalização, estudos técnicos de fiscalização, averiguações preliminares, treinamentos técnicos de fiscalização, elaboração de pareceres e informes técnicos, etc. 188,4 mil horas (20,6%) foram utilizadas em atividades extra fiscalização.

Das 565,8 mil horas utilizadas diretamente em ações de fiscalização, 479,9 mil horas (84,8%) foram consumidas em serviços de interesse coletivo, cuja distribuição por serviço é mostrada no gráfico nº3.

Gráfico nº3



2 – Recursos Financeiros

Pela Lei Orçamentária Anual (LOA), foram destinados para SRF, no exercício 2006, recursos da ordem de R\$ 52 milhões. Deste montante, R\$ 31,9 milhões foram destinados a Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações, R\$ 600 mil destinados para Gestão do Espectro de Radiofrequência, R\$ 600 mil destinados para Certificação e Homologação de Produtos de Comunicação, R\$ 18,2 milhões destinados a Administração da Unidade e R\$ 611,9 mil destinados a Capacitação, com as seguintes realizações:

- Para atividade de Fiscalização da Prestação dos Serviços de Telecomunicações, dos R\$ 31,9 milhões previstos foram liquidados R\$ 25,8 milhões (80,9%);
- Para a atividade de Gestão do Espectro de Radiofrequência, dos R\$ 600 mil previstos foram liquidados R\$ 136,8 mil (22,8%). O baixo desempenho foi devido a não contratação de estudos técnicos para a elaboração de Regulamento para limitação de emissões espúrias por estações de radiocomunicações, estudo este que previa consumir 82,6% do orçamento previsto. Vale destacar que essa contratação não logrou êxito em decorrência de demora na liberação de limites orçamentários. A liberação

integral dos limites só ocorreu a partir de 26/09, quando não mais havia tempo hábil para contratação dos estudos previstos;

- Para a atividade de Certificação e Homologação de Produtos, dos R\$ 600 mil previstos foram liquidados R\$ 68,8 mil (11,5%). O baixo desempenho foi devido a não contratação de estudos técnicos para a elaboração de regulamentos e normas para certificação de produtos nas categorias I, II e III previstos para o exercício de 2006. Vale destacar que essas contratações não lograram êxito pelos mesmos motivos apresentados no tópico anterior.
- Para a atividade de Administração da Unidade, dos R\$ 18,2 milhões previstos foram liquidados R\$ 18,1 milhões (99,5%);
- Finalmente, para a atividade de capacitação, dos R\$ 611,9 mil previstos foram liquidados R\$ 592,9 mil (96,9%).

3. Recursos Tecnológicos

3.1 Sistema de Gestão e Monitoramento do Espectro

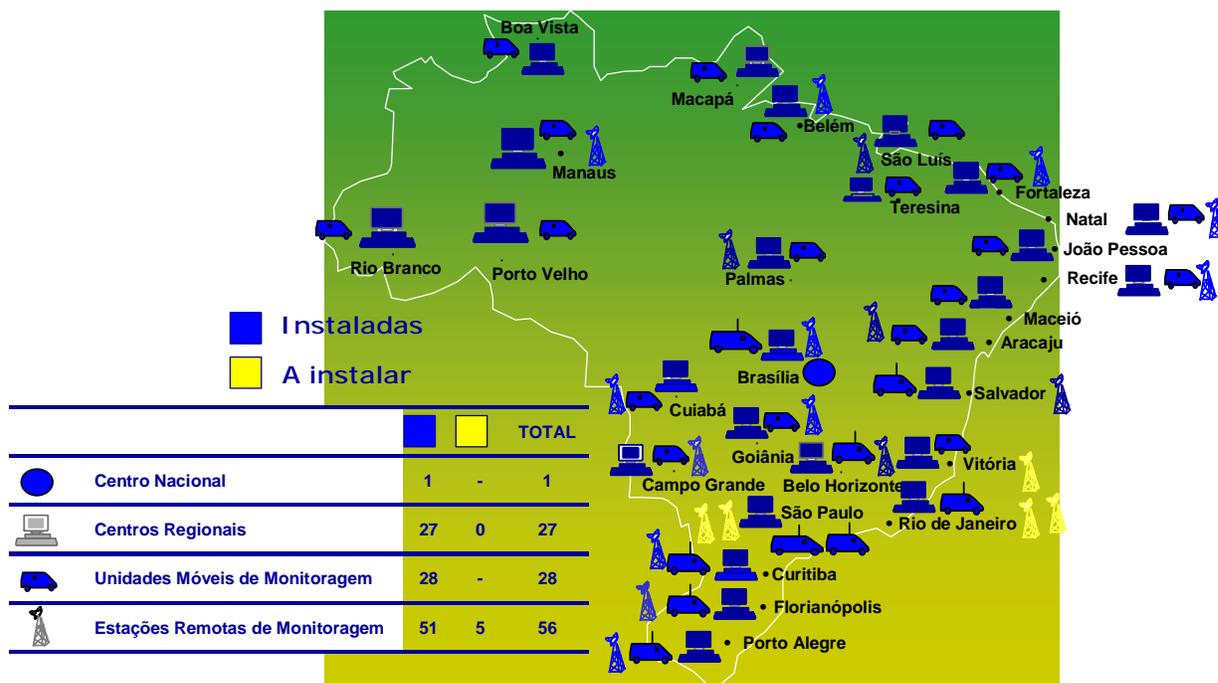
Em janeiro de 2006, o sistema SGME que tem a função de monitorar o uso do espectro de radiofrequência, era composto de 28 unidades móveis de radiomonitoragem (UMR) e 47 estações fixas (EMR). Para 2006 a previsão era concluir a expansão do sistema, com a implantação de mais 09 estações EMR.

Por questões orçamentárias e dificuldades durante o processo de implantação (diárias, passagens, construção de infra-estrutura, liberação de sítios), foram implantadas 04 estações das 09 previstas.

Em 2007, a SRF prevê instalar as 05 estações fixas restantes, desta forma, a configuração final do SGME estará com 56 estações fixas e 28 móveis. A figura abaixo mostra a configuração do sistema.

SGME – Projeto Técnico

FISCALIZAÇÃO



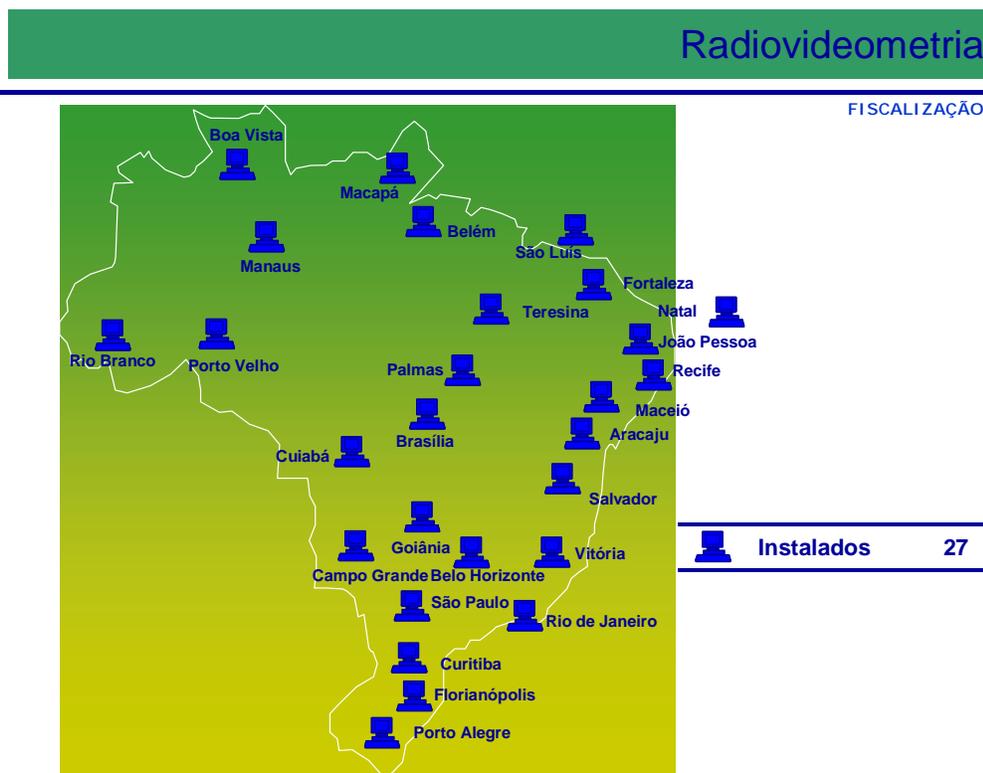
SLIDES 2006 - SRF

3.2 – Rede Nacional de Radiovideometria

A Agência possui sua própria Rede Nacional de Radiovideometria (RNR), constituída de 27 estações, que é utilizada no atendimento de denúncias, envolvendo conteúdo de programação e auxílio no controle de obrigações dos serviços de radiodifusão e telecomunicações, mantendo-se atualizada a base de dados de cadastro das entidades, inclusive registrando o uso indevido do espectro de frequência nas capitais.

Os recursos da RNR não auxiliam apenas as atividades da Anatel. Por meio de convênios, a Agência permite que outras instituições se beneficiem da RNR. Exemplo disso são os acordos firmados com a Agência Nacional de Cinema

(ANCINE) e com a Secretaria Nacional de Justiça (SNJ). Os dois órgãos acessam a RNR por meio de terminais instalados em suas sedes. A figura abaixo mostra a configuração da rede.



SLIDES 2006 - SRF

III. 2 Realizações

A seguir, será detalhada a utilização das 565,8 mil horas gastas diretamente em ações de fiscalização, correspondendo a 329,1 mil ações realizadas.

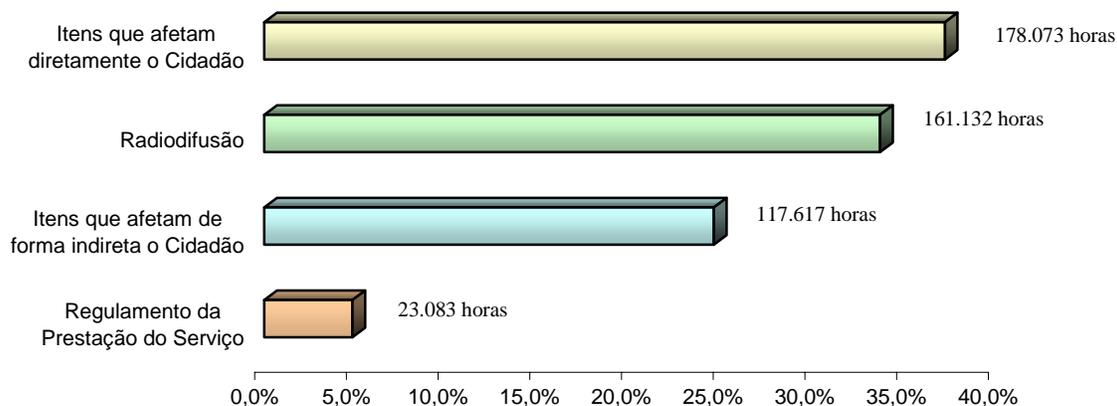
1. Fiscalização dos Serviços

1.1 Serviços de Interesse Coletivo

Atendendo aos critérios estabelecidos nas Diretrizes – 2006 a SRF priorizou as ações de fiscalização na prestação dos serviços de interesse coletivo,

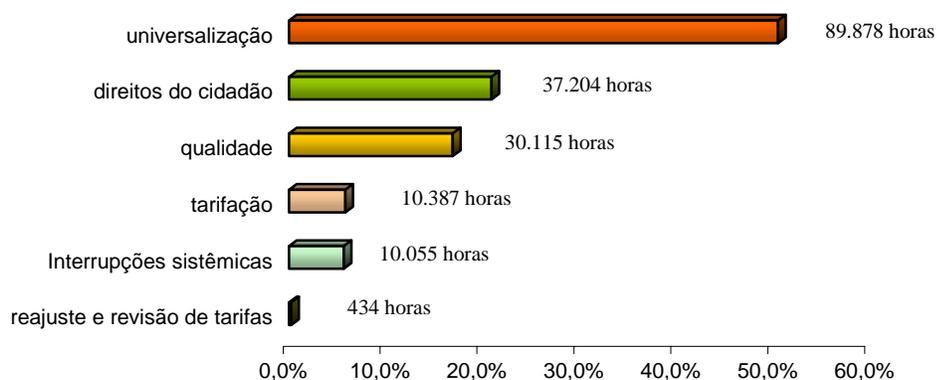
onde foram utilizadas 479.903 horas (84,8%), correspondendo a 303.462 ações. O gráfico nº4 mostra a aplicação das horas utilizadas.

Gráfico nº4



As 178.073 horas de fiscalização utilizadas em itens que afetam diretamente o cidadão foram aplicadas conforme apresentado no gráfico nº5 abaixo:

Gráfico nº5



Nos serviços de radiodifusão, compete a Anatel fiscalizar apenas aspectos técnicos, sendo a fiscalização da prestação do serviço competência do Ministério da Comunicações – MC, que é realizada por intermédio da Anatel, por acordo firmado entre esta e o MC.

1.2 Serviços de Interesse Restrito

Para fiscalizar os serviços de interesse restrito foram utilizadas 85,9 mil horas (15,2%), correspondendo a 25.756 ações.

2. Fiscalização da Infra-estrutura

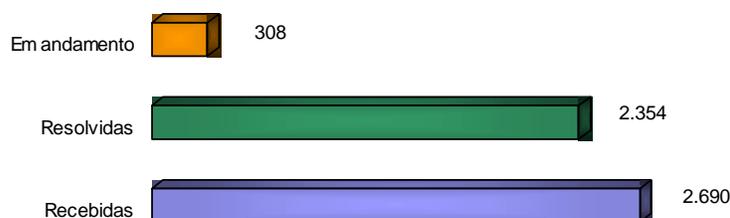
2.1 Controle do Espectro e Órbita

No controle do espectro e órbita foram utilizadas 41.567 horas de fiscalização, correspondendo 49.559 ações. Este controle é feito, por ações de monitoragem, utilizando o SGME, e por ações presenciais, quando no atendimento de denúncias e combate as entidades não-outorgadas.

2.1.1 Radiointerferência

No exercício de 2006, foram recebidas 2.690 denúncias de radiointerferência, das quais, 2.354 foram resolvidas e 308 estavam em andamento. O gráfico nº6 apresenta os dados deste período.

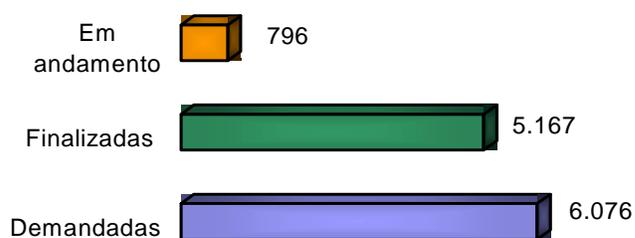
Gráfico nº6



2.1.1.1 Entidades Não-Outorgada

A SRF recebeu 6.076 denúncias de entidades não-outorgadas e finalizou a fiscalização em 5.167 casos, estando 796 em fase de averiguação das irregularidades denunciadas, conforme demonstrado no gráfico nº7.

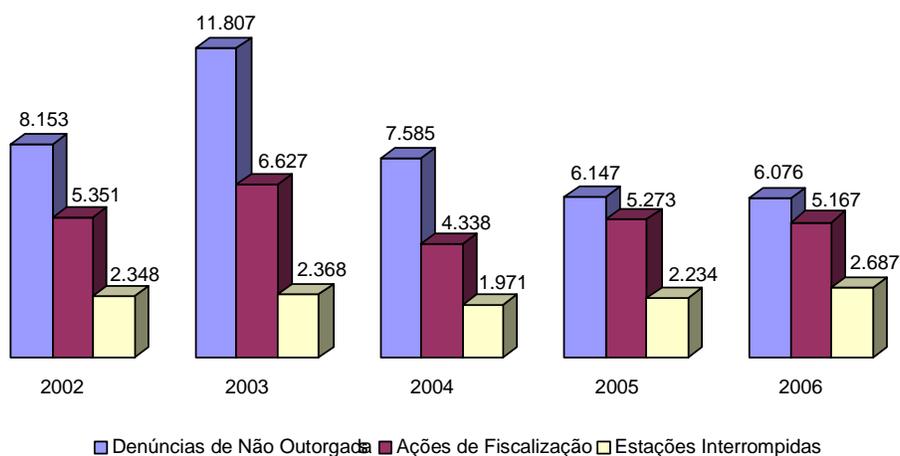
Gráfico nº 7



2.1.1.2 – Combate a entidades não-outorgadas

No combate as entidades não-outorgadas foram realizadas 5,1 mil ações de fiscalização. Nestas ações, foi possível interromper o funcionamento de 2,6 mil estações. O gráfico nº8 apresenta o detalhe, comparando dados do período de 2002 a 2006.

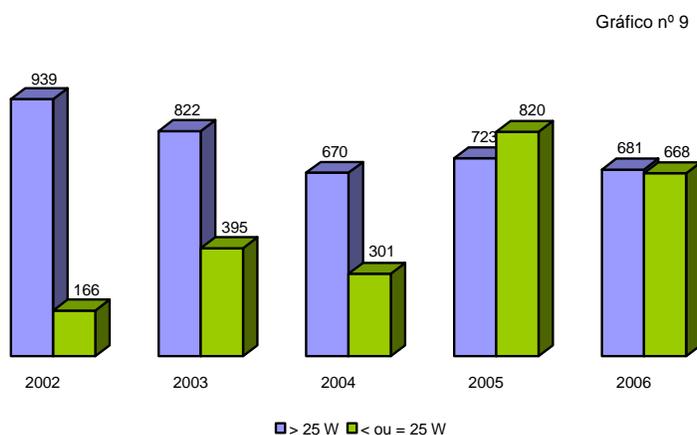
Gráfico nº8



Vale ressaltar que 1.827 ações de fiscalização não lograram êxito devido a impedimentos, ou seja, obstrução às atividades de fiscalização ou estação fora de operação quando da fiscalização.

Das 2.687 estações interrompidas, 1.602 (59,6%) eram utilizadas para operar serviço de radiodifusão e as demais estavam associadas a outros serviços de telecomunicações.

Das 1.602 estações de radiodifusão interrompidas, foi possível medir a potência em 1.349, sendo que 668 (49,5%) funcionavam com a potência superior a 25W, as demais, em quase sua totalidade, praticavam proselitismo político e exploravam comercialmente o serviço, descaracterizando, a condição de uma rádio comunitária. O gráfico nº9 apresenta o detalhe, comparando os dados do período de 2002 a 2006.



2.2 Fiscalização da Rede

Nos serviços de fiscalização de Rede foram utilizadas 6.030 horas, correspondendo a 50 ações de fiscalização.

2.3 Fiscalização de Numeração

Nos serviços de fiscalização de Numeração foram utilizadas 10.305 horas, correspondendo a 71 ações de fiscalização.

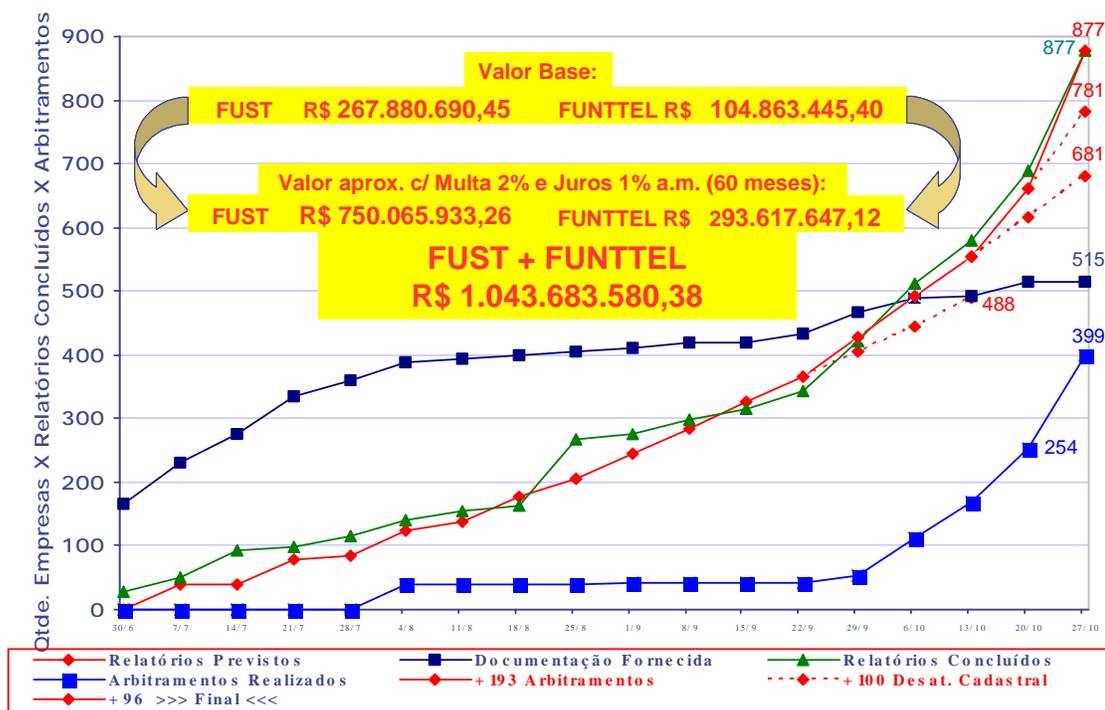
3. Fiscalização Tributária/Financeira

Fust e Fistel

A SRF realizou fiscalização exaustiva no universo de empresas prestadoras de serviços de telecomunicações que estavam em operação comercial no exercício 2001, em decorrência da Súmula do Conselho Diretor nº 7 de 15 de dezembro de 2005.

Com o esforço despendido pela SRF foi possível obter os resultados ilustrados e comentados a seguir:

Resultado Final do GT - FUST / FUNTEL



Verifica-se na curva de Relatórios Previstos, que inicialmente as empresas a serem fiscalizadas totalizavam 488, passou para 681, depois para 781, concluindo com 877 empresas fiscalizadas.

Verifica-se, também, na curva de Arbitramentos Realizados, que 399 empresas tiveram valores arbitrados, por não atendimento aos Requerimentos de Informações da fiscalização.

Desta forma, restou apurado um montante contribuído a menor para o Fust próximo de R\$ 268 milhões (base 2001), que representa aproximadamente R\$ 750 milhões (base 2006). Igualmente, restou apurado um montante contribuído a menor para o Funttel próximo de R\$ 104 milhões (base 2001), o que representa aproximadamente R\$ 293 milhões (base 2006).

Os montantes apresentados poderão sofrer redução após as análises das possíveis impugnações impetradas pelas empresas, principalmente com relação aos valores arbitrados.

IV - Poder Sancionador

1. Pados em tramitação na SRF

Até o final de 2006, foram instaurados cerca de 62,1 mil Procedimentos Administrativos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADOs), sendo que em 2006 foram instaurados 5,5 mil.

Vale destacar que do total de PADOs instaurados até o final do exercício de 2006, 25,7 mil foram decididos e destes, 20,5 mil geraram sanções de multas, resultando em uma receita de R\$ 68,3 milhões. Deste total, 17,2 milhões referem-se ao ano 2006. Restaram em andamento 36,4 mil PADOs.

No exercício de 2006, foram intensificados os trabalhos do Projeto Celeridade de PADOs, primeiramente no ER01, onde se concentra o maior volume de processos, de forma a garantir maior celeridade na instrução e julgamento dos PADOs, bem como a padronização de suas decisões, promovendo uma resposta mais rápida para a sociedade, aglutinando em um único processo os PADOs instaurados referente a uma mesma empresa, na qual tenha incorrido na mesma penalidade. Espera-se que, com a utilização destas regras, já na instauração dos processos, haja redução na quantidade de processos instaurados nos próximos exercícios.

Por intermédio da Portaria nº 508, de 05/09/2006, aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel, foi delegado poder aos Gerentes dos Escritórios Regionais da Anatel para aplicação de multas até o valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos PADOs de competência sancionatória da SRF. Esta medida diminuiu, significativamente, a necessidade de tramitação dos processos entre a Sede e os Escritórios, agilizando e otimizando os procedimentos de instrução e decisão dos mesmos, além de proporcionar a redução dos custos envolvidos. Segue abaixo, síntese dos principais números obtidos no Sistema PADO:

Itens	Até 31/12/2005	Em 2006	Até 31/12/2006
Pados Instaurados	56,6 mil	5,5 mil	62,1 mil
Pados com decisão	23,0 mil	2,7 mil	25,7 mil
Pados em andamento	33,5 mil	2,9 mil	36,4 mil
Pados com decisão de multa	18,5 mil	2,0 mil	20,5 mil
Valor das multas aplicadas	R\$ 51.117.953,48	R\$ 17.153.250,85	R\$ 68.271.204,33
Valor das multas arrecadadas	R\$ 6.168.157,78	R\$ 19.524.864,73	R\$ 25.693.022,51

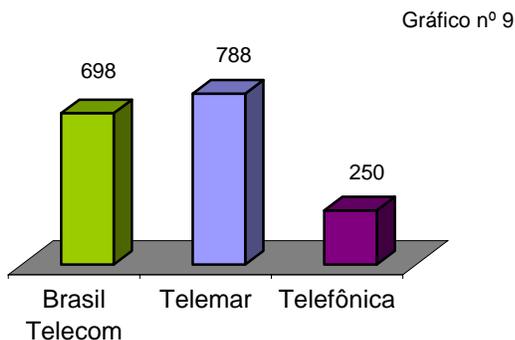
V - Aspectos Relevantes

V.1 – Da Fiscalização

1. Fiscalização de Lojas de Atendimento Pessoal do Serviço Telefônico Fixo Comutado

Em atendimento as determinações do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TCAC, assinado entre as prestadoras do STFC e a Agência em 21/12/2004, a SRF iniciou, em março de 2005, a fiscalização das lojas de atendimento do STFC, processo que foi concluído em outubro de 2006.

No total, foram fiscalizadas 5.966 lojas, 4.230 em de 2005 e 1.736 lojas em 2006. O gráfico nº9 apresenta o quantitativo de lojas fiscalizadas, em 2006, por operadora.



2. Fiscalização de Obrigações do Plano Geral de Metas de Universalização – PGMU de 2005

Para verificação de atendimento às metas de 31/12/2005 do PGMU 2005, a SRF iniciou as verificações a partir de janeiro de 2006 com base na declaração de atendimento de metas de cada concessionária do STFC.

O processo de verificação foi finalizado, tendo sido fiscalizadas um total de 3.923 localidades, distribuídas conforme tabela nº3 a seguir.

Tabela nº 3

Verificação das Metas PGMU 2005	
Concessionárias	Nº de Localidades
Brasil Telecom	963
Telemar	2.577
Telefônica	245
CTBC	74
Embratel	57
Sercontel	7

V.2 – Do Planejamento e Controle

Além da finalização da elaboração das Diretrizes –2006, e a elaboração do Plano Operacional de Fiscalização, há que se destacar a conclusão e implantação do Relatório de Acompanhamento dos Escritórios Regionais – RADE, que é

composto de indicadores que permitirão realizar análises complementares para correção de rumo e melhoria dos resultados alcançados.

V.3 – De Normas e Padrões de Fiscalização

Em 2006, a SRF coordenou e realizou atividades relacionadas à elaboração e revisão dos instrumentos normativos utilizados no âmbito da Fiscalização, buscando proceder às modificações introduzidas pelos arts. 8º, 9º e 10º do Regulamento de Fiscalização, aprovado pela Resolução N° 441, de 12 de julho de 2006.

Outro fato importante foi a elaboração programática e aplicação do treinamento para a formação e aprimoramento dos Agentes de Fiscalização.

VI – QUADRO GERENCIAL

Edilson Ribeiro dos Santos
Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização

José Joaquim de Oliveira
Gerente-Geral de Fiscalização

Antonio Roberto Zanoni
Gerente de Fiscalização e Supervisão Regional

Itamar Barreto Paes
Gerente de Controle do Espectro

Francisco Carlos Giacomini Soares
Gerente-Geral de Certificação e Engenharia do Espectro

Marcos de Souza Oliveira
Gerente de Certificação

Maximiliano Salvadori Martinhão
Gerente de Engenharia do Espectro

Everaldo Gomes Ferreira
Gerente do Escritório Regional de São Paulo (ER-1)

Werner Steinert Junior
Gerente do Escritório Regional do Rio de Janeiro (ER-2)

Antônio Rogério Silva
Gerente da Unidade Operacional do Espírito Santo (UO-2.1)

Tereza Fialkoski Dequeche
Gerente do Escritório Regional do Paraná (ER-3)

Estevão Hobold

Gerente da Unidade Operacional de Santa Catarina (UO-3.1)

José Dias Coelho Neto

Gerente do Escritório Regional de Minas Gerais (ER-4)

João Jacob Bettoni

Gerente do Escritório Regional do Rio Grande do Sul (ER-5)

João Batista Furtado Filho

Gerente do Escritório Regional de Pernambuco (ER-6)

Ricardo Henrique Ferreira Cavalcanti

Gerente da Unidade Operacional da Alagoas (UO-6.1)

Moacyr Eduardo Bazanelli Bicudo

Gerente da Unidade Operacional de Paraíba (UO-6.2)

Ruimar Dias dos Santos

Gerente do Escritório Regional de Goiás (ER-7)

José Praxedes Pereira da Silva

Gerente da Unidade Operacional do Mato Grosso (UO-7.1)

Vera Lúcia Burato M. Sieburger

Gerente da Unidade Operacional do Mato Grosso do Sul (UO-7.2)

Giuliano Quinnan

Gerente da Unidade Operacional do Tocantins (UO-7.3)

Fernando Antônio Ornelas de Almeida

Gerente do Escritório Regional da Bahia (ER-8)

Fernando Antônio Ornelas de Almeida

Gerente da Unidade Operacional de Sergipe (UO-8.1)

José Everardo de Sousa Leite
Gerente do Escritório Regional do Ceará (ER-9)

Lívio Peixoto do Nascimento
Gerente da Unidade Operacional do Rio Grande do Norte (UO-9.1)

Carlos Bezerra Braga
Gerente da Unidade Operacional do Piauí (UO-9.2)

João Alberto Reis Luz
Gerente do Escritório Regional do Pará (ER-10)

Tomaz Francisco Estrela Filho
Gerente da Unidade Operacional do Maranhão (UO-10.1)

Ana Rosa Del Castilho Jucá
Gerente da Unidade Operacional do Amapá (UO-10.2)

José Gomes Pires
Gerente do Escritório Regional do Amazonas (ER-11)

Cícero Eloy Maia Costa
Gerente da Unidade Operacional do Acre (UO-11.1)

Alfredo Arze Collins
Gerente da Unidade Operacional de Rondônia (UO-11.2)

Iran Luiz B. Albuquerque
Gerente da Unidade Operacional de Roraima (UO-11.3)

Reginaldo José Rocha Lemos
Gerente da Unidade Operacional do Distrito Federal (UO-1)

VII – ANEXO

ANEXO – I

GESTÃO DO ESPECTRO

REGULAMENTOS APROVADOS

– Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 2.170 a 2.182 MHz e de 2.500 MHz a 2.690 MHz, destinando-as ao Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), adicionalmente ao Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS).

– Alteração dos Regulamentos sobre canalização e condições de uso das faixas de 4 GHz (3.800 MHz a 4.200 MHz), 6 GHz (5.925 MHz a 6.425 MHz) e 8 GHz (7.725 MHz a 7.925 MHz e 8.025 MHz a 8.275 MHz) fixando prazo para a efetivação de mudança de características técnicas de sistemas que façam uso de radiofrequências, face à data limite para operação de sistemas analógicos nas faixas em questão.

– Regulamento que estabelece a canalização e condições de uso de radiofrequências nas faixas 381,025-381,750 MHz e 391,025-391,750 MHz, cuja aplicação se dará no desenvolvimento das atividades de Segurança Pública.

– Regulamento de atribuição de faixas de radiofrequências de 225,000 MHz a 235,000 MHz, de 267,000 MHz a 315,000 MHz, de 363,100 MHz a 363,275 MHz e de 378,700 MHz a 378,875 MHz, ao serviço móvel, em caráter primário.

– Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso da Faixa de Radiofrequências de 27 MHz para uso do Serviço de Rádio do Cidadão, destinando ainda a sub-faixa de 26,960 MHz a 27,860 MHz para este Serviço, em caráter secundário e uso não exclusivo.

– Regulamento de destinação de faixas para fins exclusivamente militares para aplicações da Marinha do Brasil.

– Regulamento que estabelece as condições de uso de canais de radiofrequências da faixa de 450 MHz, aplicáveis a sistemas analógicos ou digitais do serviço móvel, para uso em aplicações do Serviço Limitado Privado executado por empresas dos setores de infra-estrutura aeroportuária e de transporte aéreo de passageiros e de cargas, no âmbito de aeroportos nacionais.

– Regulamento de destinação de faixas para fins exclusivamente militares em aplicações do Ministério da Defesa.

– Regulamento que estabelece as condições de uso de radiofrequências pelo Serviço de Radioamador.

– Regulamento que estabelece as condições de uso das sub-faixas de radiofrequências de 1.880 MHz a 1.885 MHz, de 1.895 MHz a 1.920 MHz e de 1.975 MHz a 1.990 MHz.

– Regulamento que estabelece as condições de uso de radiofrequências nas faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz.

– Regulamento que trata da canalização e das condições de uso de radiofrequências nas faixas de 460 MHz, 800 MHz e 900 MHz para o Serviço Limitado Móvel Privativo (SLMP) e Serviço Móvel Especializado (SME), estabelecendo radiofrequências específicas na faixa de 450 MHz para aplicações de Segurança Pública.

ANEXO – II

GESTÃO DO ESPECTRO E CERTIFICAÇÃO DE PRODUTOS

CONSULTAS PÚBLICAS

CONSULTA PÚBLICA Nº	DESCRIÇÃO
Consulta Pública nº 659	Proposta de Destinação das faixas de radiofrequências de 381,025 MHz a 381,750 MHz e de 391,025 MHz a 391,750 MHz ao Serviço Limitado Móvel Privativo (SLMP)
Consulta Pública nº 677	Proposta de Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências na Faixa de 450 MHz pelo Serviço Limitado Privado no Âmbito de Aeroportos Nacionais
Consulta Pública nº 682	Proposta de Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas 460 MHz, 800 MHz e 900 MHz para o Serviço Limitado Móvel Privativo (SLMP) e Serviço Limitado Móvel Especializado (SME)
Consulta Pública nº 685	Proposta de alteração do Regulamento sobre Autorização de Uso Temporário de Radiofrequências
Consulta Pública nº 687	Proposta de Regulamento sobre Canalização e Condições de Uso de Radiofrequências da Faixa de 27 MHz pelo Serviço Rádio do Cidadão
Consulta Pública nº 715	Proposta de Atribuição da Faixa de Radiofrequências de 4.940 MHz a 4.990 MHz adicionalmente ao Serviço Móvel, no Brasil, em caráter primário
Consulta Pública nº 724	Proposta de Regulamento sobre Condições de Uso de Radiofrequências nas Faixas de 800 MHz, 900 MHz, 1.800 MHz, 1.900 MHz e 2.100 MHz para prestação do Serviço Móvel Pessoal – SMP
Consulta Pública nº 725	Proposta de Regulamento sobre Condições de Uso das Subfaixas de Radiofrequências de 1.880 MHz a

	1.885 MHz, de 1.895 MHz a 1.920 MHz e de 1.975 MHz a 1.990 MHz
Consulta Pública nº 741	Consulta Pública sobre destinação de faixa de radiofrequências de 24,05 GHz a 24,25 GHz para uso de sistemas do Serviço Limitado Especializado em aplicações de radio localização
Consulta Pública nº 726	Proposta de alteração do regulamento para certificação do cartão indutivo
Consulta Pública nº 733	Proposta de norma para certificação e homologação de baterias de lítio utilizadas em telefones celulares
Consulta Pública nº 740	Proposta de alteração da norma para certificação e homologação de cabos coaxiais rígidos de 75 Ohms
Consulta Pública nº 742	Proposta de alteração da norma para certificação e homologação de acumuladores chumbo-ácido estacionários para aplicações específicas
Consulta Pública nº 744	Proposta de alteração da norma para certificação e homologação de cabos coaxiais flexíveis de 50 Ohms ou 75 Ohms
Consulta Pública nº 745	Proposta de alteração da norma para certificação e homologação de cabos coaxiais semi-rígidos de 50 Ohms
Consulta Pública nº 746	Proposta de alteração da norma para certificação e homologação de cabos coaxiais flexíveis de 75 Ohms com malha de fios de alumínio
Consulta Pública nº 750	Proposta de regulamento para utilização do terminal de acesso público - TAP e de norma para certificação e homologação de TAP
Consulta Pública nº 754	Proposta de revisão da norma para certificação e homologação de telefone de uso público.

ANEXO – III

DESENVOLVIMENTO DE REGULAMENTAÇÃO TÉCNICA DE PRODUTOS

PRODUTOS

- Terminais Móveis de Acesso aos Serviços de Telecomunicações por Satélite - concluído;
 - Transmissores e Transceptores de Estações Rádio Base e de Estações Repetidoras do STFC - concluído; e
 - Compatibilidade eletromagnética para produtos de telecomunicações - concluído.
 - Baterias de lítio utilizadas em telefones celulares;
 - Acumuladores de energia (2);
 - Cabos coaxiais (4);
 - Telefone de Uso Público – TUP (incorpora sinalização sonora de créditos para deficientes visuais);
 - Cartão indutivo;
 - Terminal de Acesso Público – TAP (a ser incorporados aos PST);
 - Interface Usuário – Rede e de Terminais do STFC;
 - Terminais de telecomunicações para deficientes auditivos;
 - Elementos de rede IP;
 - Modems xDSL;
 - Procedimentos de ensaios para a verificação da taxa de absorção específica (SAR) de equipamentos terminais móveis;
 - Transceptores rádios-digitais para acesso em banda larga;
 - Produtos que realizam radiocomunicação por radiação restrita;
-

- Medidor de velocidade automotivo (Radar);
 - Sistemas Retificadores;
 - Unidades Retificadoras;
 - Elementos de rede interna;
 - Torres para telecomunicações.
-